

A LEITURA DO MUNDO DE ANALICE – UMA LEITURA AQUÉM E ALÉM DAS PALAVRAS

Maria Clara da Gama Cabral **Coutinho** – UERJ

Brejo de Areias, Paraíba

Com 7 anos de idade eu entrei a primeira vez na escola. A minha professora era a Dona Socorro. Ela era muito boazinha comigo. Mas eu chorava porque os meninos me furavam de lápis, me colocavam apelido. Essas coisas de criança, né? Aí eu dizia a ela que não estava conseguindo fazer a minha lição.

Naquela época, era a cartilha do povo, que a gente usava. Eu passei três meses no A, E, I, O, U, mas não saía disso! Eu não conseguia!

Aí eu saí da escola, porque tive que cuidar dos meus 15 irmãos. Eu era a mais velha. Os meninos bem estudaram, mas eu não. Mas não tem nenhum vivo hoje. Só sobrou eu.

Esta é uma história que, infelizmente, se repete até hoje no Brasil. Quantas Raimundas, Socorros e Marias passaram e passam pela mesma situação de Analice, personagem principal deste texto?

Analice é uma das tantas mulheres que exemplifica a associação entre pobreza e analfabetismo em nosso país. Vinda de uma pequena cidade nordestina, Analice poderia vir a ser mais uma a compor as estatísticas oficiais de analfabetismo. Mas ela não é apenas um número, entre tantos outros, a ser incluído em tabelas como a de “Pessoas de 15 anos ou mais, não alfabetizadas, por sexo, segundo os grupos de idade”.

Ela não é apenas uma estatística. Ela é única, assim como cada Severino, Felipe, Scarlet, John, Bertrand, enfim, qualquer um, em qualquer lugar deste planeta.

Cada um é diferente, apesar de ser igual. Devemos entender a ideia de valorizar a igualdade na diferença, compreendendo a dimensão do que destacou Boaventura de Sousa Santos, ao afirmar que: “todo mundo tem direito à igualdade quando a diferença discrimina e todo mundo tem direito à diferença quando a igualdade descaracteriza” (1999, p.62).

A emancipação (social, política, etc) que Analice e tantos outros merecem deve ser construída a partir do que o autor chama de “uma nova relação entre o respeito da igualdade e o princípio do reconhecimento da diferença” (2007, p. 62).

Entendendo as experiências vividas por cada sujeito, individual e coletivamente, e suas inserções sociais nos diversos *espaçostempos* dos quais participa cotidianamente, é que podemos tentar descortinar situações de evasão escolar, como a de Analice, “heroína” deste texto.

A primeira vez que fui pra escola, lá na Paraíba mesmo, fiquei só uns dois anos. Eu não aprendia mesmo...

Eu acho que não consigo aprender não! Acho que tenho problema de cabeça! Não é possível!

A partir de sua experiência inicial mal sucedida, Analice interiorizou o fracasso, o que, nitidamente, teve efeitos bastante negativos em sua auto-estima. E, ao mesmo tempo, passou a estabelecer uma relação de animosidade em relação à aprendizagem.

Assumindo o espaço do não-saber, à Analice foi negado o espaço do “ainda não” saber, destacado por Santos na discussão sobre a Sociologia das Emergências, quando afirma que somos muito “céticos” em relação à realidade, necessitando sempre nos colocarmos entre o *nada* e o *tudo*, quando pode haver a possibilidade do “ainda não” (2007, p.37). Analice apenas ‘ainda não sabe’, mas o “saber” pode emergir no futuro.

À Analice não foi permitido o processo de construção do conhecimento escolar, do qual fazem parte saberes a serem descobertos, mas que inclui muitos outros, anteriormente incorporados, enredados uns aos outros. Concretamente, Analice e muitos outros personagens da Educação de Jovens e Adultos, não se reconhecem enquanto sujeitos de conhecimentos. Não acreditam que o *espaçotempo* da escola não é o único onde se aprende.

Para Boaventura, essa compreensão requer “outra maneira de ver a ignorância, porque a utopia de uma ecologia de saberes é que possamos aprender outros conhecimentos, sem esquecer nossos próprios conhecimentos” (2007, p. 54)

Ao longo de seus 57 anos, Analice teceu redes de saberes, nos vários espaços por onde passou, trabalhou e viveu. Apesar de ter passado por poucas experiências formais, ela vivenciou inúmeros processos cotidianos de efetiva aprendizagem. Não é apenas através de conteúdos formais de ensino, transmitidos no espaço escolar que esta se dá.

Mas esta ideia de Analice deriva da influência da cultura burguesa ocidental, na qual “vamos perceber processos de aprendizagem que criam preconceitos e hierarquizam sujeitos e culturas, valorizando os princípios fundadores de umas em detrimento de outras” (OLIVEIRA, 2003, p. 19).

Dois anos atrás, eu tinha uns 55 anos, e resolvi voltar pra escola. Eu via aquelas mulheres do prédio da minha patroa indo pra escola de noite, mas eu tinha vergonha de chegar no colégio e dizer que não sabia ler, que não sabia nem fazer um A, que nem uma *abestada*.

Boaventura Santos analisaria esta atitude de Analice sob uma dimensão emocional do conhecimento, na qual duas correntes guiariam nossas vidas: a corrente fria e a corrente quente. Para ele, “a corrente fria é absolutamente necessária para que não nos enganemos, e também a corrente quente é muito importante para não desistirmos facilmente”. (2007, p.58). Na corrente fria, Analice tem consciência de suas limitações e dificuldades, mas deixando-se guiar pela corrente quente, ela adquiriu forças para superar seus obstáculos.

E Analice não desistiu e, superando sua atitude conformista, rebelou-se contra o que parecia ter sido imposto socialmente a ela.

Meu sonho é aprender a ler. Eu acho que a minha vida ia melhorar muito porque, lendo e escrevendo, a gente vê a visão do mundo.

A gente vê alguma coisa, mas não sabe porque não tá lendo. A gente tá perdido no meio do mundo e não sabe o que tá acontecendo.

Para Analice, tudo seria melhor em sua vida se soubesse ler e escrever. Menosprezando tudo o que conquistou ao longo de sua trajetória (seu trabalho, suas relações afetivas, etc), ela atribui todas suas dificuldades pessoais, financeiras e até mesmo emocionais, ao fato de não ter-se alfabetizado.

Mas a alfabetização, por si só, não é garantia de ascensão pessoal ou social. “Os nexos entre alfabetização e cidadania existem. Porém, são bem mais complexos, e não devem ser interpretados como uma relação linear de causalidade” (DI PIERRO e GALVÃO, 2007, p.77)

Eu tenho loucura de trabalhar com decoração. Eu adoro arrumar! Eu queria ser arquiteta como a filha da minha patroa.

Se eu fosse uma pessoa que entendesse das coisas, que soubesse ler, era o que eu mais queria fazer. Porque sem estudo a gente não faz isso. Ia precisar do estudo.

O sonho de Analice teria se realizado se tivesse aprendido a ler e escrever? Sabemos que a questão é muito mais ampla e complexa. No seu processo de aprendizagem escolar, muitos outros rumos poderiam ter sido escolhidos e, mais do que isso, outros obstáculos poderiam se interpor. A questão que se coloca não é se ela teria ou não se tornado arquiteta, mas a de compreender sua história como negação do direito ao próprio ato de sonhar e buscar a sua realização, pela impossibilidade de se alfabetizar. E mais, a luta pela cidadania vai muito além da alfabetização. Paulo Freire, em sua cruzada pela alfabetização de adultos, destacava a importância da questão, mas reconhecia que esta é apenas uma etapa de um complexo processo de conscientização de grupos oprimidos, em busca da conquista de seus direitos.

Nesse sentido é que não se pode ver a alfabetização “como uma pré-condição para constituir-se em instrumento da luta pela conquista da cidadania” (DI PIERRO e GALVÃO, 2007, p. 78)

Querer ser uma arquiteta é, para Analice, um sonho que revela o reconhecimento “superior” do saber acadêmico. Para ela, e para a sociedade hegemônica, o trabalho intelectual é superior ao trabalho manual. O arquiteto ou qualquer outro “*expert*” é, no nosso mundo, mais valorizado do que aquele que tem seu saber calcado em suas experiências e vivências práticas.

Naturalmente, o domínio da linguagem escrita adquire para Analice e para todos que vivem numa sociedade grafocêntrica como a nossa, uma enorme importância. O risco da exclusão paira por sobre as cabeças daqueles que não o obtêm, é uma diferença que inferioriza concretamente – porque os deixa desprovidos de “armas” de participação – e, socialmente.

As situações de preconceito em relação ao analfabeto são inúmeras e, muitas vezes, esta condição do sujeito não é percebida como “exclusão social ou como violação de direitos coletivos, e sim como uma experiência individual de desvio ou fracasso” (DI PIERRO; GALVÃO, 2007, p.15), como bem sabem os sujeitos não alfabetizados.

Outro dia, o meu marido brigou comigo lá em casa e me disse:

- *Sua analfabeta!*

Aquilo me matou! Foi uma facada pra mim. Me tranquei no quarto e comecei a chorar.

É o que Oliveira (2009) chama de “culpabilização da vítima”. A culpa de ser analfabeta, afinal, é de Analice? Quem mandou ser mulher, pobre, nordestina...? Sua condição de subalternidade foi por ela escolhida?

E as experiências, vivências e interesses de Analice são esquecidos pela sociedade e pela escola. As propostas curriculares esquecem os saberes dos alunos para impor e legitimar os modelos já instituídos do currículo.

A professora escrevia no quadro umas coisas que a gente nunca tinha visto. Enchia o quadro, a gente nem terminava de copiar e ela apagava.

Como eu podia copiar uma coisa que eu não sei?

Pra mim, seria o maior prazer se eu soubesse. Aí eu abria a boca e falava, mas ela botava coisas que a gente não sabe.

A ideia de tessitura de conhecimentos pressupõe fios já existentes e, a partir deles, novos saberes são tecidos. Cada um tem uma forma individual e própria de tecer

seus conhecimentos, mas puxar esta teia de um fio já consistente e previamente tecido, pode tornar mais fácil ampliar a rede.

Quando a outra professora vinha com o jornal e a gente lia aquelas palavras maiores, era bom. Ela ia devagar e eu conseguia ler uma palavrinha e a professora falava:

- Muito bem, Analice!

Aquilo mexia demais comigo! Eu chegava em casa e dizia pro meu marido:

- Acho que hoje ganhei um dez na escola, porque a professora disse que eu *tava* muito bem na leitura. Com aquilo, eu já me sentia outra e me fazia bem.

O jornal e suas notícias da vida real traziam para Analice os “conteúdos” do seu dia a dia. A vontade e curiosidade de saber um pouco mais sobre o que toda a cidade vinha falando naquele momento traziam a realidade para a sala de aula, vinculando o mundo aos conteúdos e saberes pedagógicos. Mas esta mesma realidade que aproximou Analice da leitura, a fez se afastar da escola.

Naquela época de tiroteio feio lá no Vidigal, eu tinha que faltar muito na escola. Eu tinha medo de chegar em casa de noite.

Quando tinha tiroteio, era horrível! Eu dormia na cozinha porque era o lugar mais seguro e ficava lá quietinha, rezando.

E assim, Analice mais uma vez se afastou da escola. Mas, pega de surpresa por mim e pela minha vontade de usar sua voz silenciada em minha pesquisa de mestrado, mostrou-se orgulhosa de poder compartilhar as suas memórias.

Sua história, sendo *desinibilizada*, lhe dá asas para, novamente agir de forma rebelde e prometer matricular-se novamente na escola

E essa história termina não com um tradicional “viveu feliz para sempre”, mas com uma promessa de Analice de tentar ser feliz hoje e sempre. Para que ela possa, quem sabe um dia, ser a própria autora de um texto que narra sua história. 11398

Referências Bibliográficas:

DI PIERRO, M. C.; GALVÃO, A. M. O., *Preconceito contra o analfabeto*. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Inês B. *Currículos praticados: entre a regulação e a emancipação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

OLIVEIRA, I. B. Organização curricular e práticas pedagógicas na EJA: algumas reflexões. In OLIVEIRA, I. B.; PAIVA, J. (orgs.). *Educação de jovens e adultos*. Petrópolis: DP et alii, 2009.

SANTOS, B. S., *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2007.

SANTOS, B. S. *A construção multicultural da igualdade e da diferença*. Oficina do CES n.135, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, jan. 1999.